Resenha

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UNE em tempos de autoritarismo.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, 134p.

O livro apresenta o resultado de estudos e pesquisas sobre a UNE e o movimento estudantil no Brasil, realizados por sua autora e a equipe de pesquisadores e técnicos do PROEDES (Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade) da Faculdade de Educação da UFRJ.

A obra analisa o sentido das diversas manifestações feitas pelos estudantes brasileiros em prol da democratização da sociedade, relacionando-as com movimentos similares no contexto sul-americano, remontando à Carta de Córdoba (Argentina, 1918). Buscando suas origens mais remotas, a autora destaca traços em comum desses manifestos estudantis: grande anseio renovador acompanhado pela convicção de que a sociedade pode ser reconstruída, procurando ao mesmo tempo fortalecer a consciência de identidade do homem sul-americano em contraponto com o norte-americano e o europeu.

O trabalho analisa em profundidade as vinculações das propostas dos estudantes com as renovações sócio-econômicas e políticas do país, relacionando-as com a totalidade social. Busca esclarecer os papéis representados por intelectuais, políticos e operários nos conflitos desencadeados, pondo em evidência as intencionalidades subjacentes.

Fazendo um retrospecto histórico sobre os movimentos estudantis no Brasil, contra a invasão francesa no século XVIII, em prol da independência, pela abolição da escravatura e a favor da república no século XIX, contra as ditaduras do Estado Novo e Militar no século XX, o livro assinala que a articulação organizada da ação estudantil representou uma conquista progressiva devida, em parte, aos Cursos Jurídicos estabelecidos no país a partir de 1827.

O estudo coloca em evidência o amadurecimento da consciência política dos estudantes, tendo em vista que a UNE, oficializada em 22 de dezembro de 1938, em pleno Estado Novo, lutou inicialmente pela redemocratização do país, sendo que, a partir de 1947, sua atuação foi marcada por reivindicações relacionadas às profundas desigualdades sócio-econômicas e contra o imperialismo exercido pelas grandes potências no plano internacional.

O desempenho da UNE em prol da Reforma Universitária na década de 60 é examinado em seus aspectos predominantemente acadêmicos e em suas implicações sócio-políticas. O papel dos católicos representado pela Juventude Universitária Católica (JUC) é visto como força vitalizadora das reformas sociais pretendidas, contribuindo para a formação de uma consciência cristã voltada para sua responsabilidade histórica. Por outro, lado são mostradas as contradições internas da JUC devido, algumas, a divergências dentro da própria Igreja e outras decorrentes da adesão de grupos de classe social média urbana à causa da classe proletária.

Encontram-se reproduzidos na íntegra os documentos oficiais redigidos pelos estudantes sobre a reforma universitária: Declaração da Bahia (I Seminário Nacional de Reforma Universitária), Carta do Paraná, UNE: Luta Atual pela Reforma Universitária. O leitor pode acompanhar a seqüência dos movimentos sociais da década de 60, (enfrentamentos entre polícia e estudantes, o impacto dos movimentos de protestos da juventude no exterior repercutindo no Brasil, os protestos contra a

Lei Suplicy e Acordos MEC-USAID), fundamentados nos pronunciamentos oficiais do governo e dos universitários.

Interpretando os acontecimentos históricos, o estudo não é marcado por passionalismos ideológicos no sentido de nem supervalorizar o movimento estudantil, atribuindo-lhe uma autonomia que não lhe é devida, nem caindo no perigo de subestimá-lo, sem detectar seu verdadeiro sentido: o de ter representado um dos aspectos do processo de transformação da sociedade brasileira, na qual os segmentos universitários estavam predominantemente engajados na luta por uma democracia socialista.

Apesar dos avanços e conquistas no âmbito da Universidade, defrontamo-nos ainda hoje com muitos desafios já presentes nas reivindicações estudantis: autonomia universitária, universidade pública versus universidade particular, participação efetiva do corpo discente na Instituição, relações de poder entre universidade e sociedade, entre outros. A reconstrução histórica contida no livro possibilita uma visão mais ampla desses problemas e suas possíveis soluções.

Segundo Theodor Adorno, em Teoria da Semicultura (1992, São Carlos, UFSCar), a perda da memória histórica constitui um dos fatores determinantes da ***"crise da formação cultural"*** de que padece nossa época, na qual a fragmentação e superficialidade do saber comprometem a ***"bildung"***, a formação cultural do sujeito consciente de si e do mundo.

O trabalho que vem sendo realizado por Maria de Lourdes Fávero e sua equipe de pesquisadores do PROEDES, visando a recuperação da memória da educação brasileira, representa contribuição relevante para o resgate da história de nosso pensamento educacional, possibilitando sua reconstrução. Recomenda-se a leitura do livro e dos demais trabalhos publicados, bem como a consulta à ampla documentação aberta ao público.

Terezinha Accioly Corseuil Granato
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)